

ENTREVISTA

*Jacques Revel**

Jacques Revel é, desde 1995, Presidente da *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*. Indiscutivelmente relacionado à instituição que preside, o seu percurso intelectual por vezes confunde-se com a própria história da revista *Annales*, nos últimos 30 anos. Tendo ocupado os cargos de secretário de redação e de co-diretor, entre 1975 e 1981, contribuiu muitas vezes para os processos de renovação que resultaram, como o de 1989, num balanço crítico do trabalho historiográfico contemporâneo, proposto como “virada crítica” da História.

Mas os momentos fortes do trabalho de Revel podem ser evidenciados, ainda, sob diferentes aspectos. O primeiro deles é marcado pelas colaborações, materializadas em trabalhos coletivos – com Michel de Certeau, Dominique Julia ou Arlette Farge – e por uma interlocução importante com os historiadores italianos – em particular, com Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. O segundo aspecto, menos visível talvez, é o trabalho de orientação de estudos na *École* desde 1983, que já resultou na formação de uma geração – jovem, sem dúvida – de historiadores. E o terceiro, relaciona-se à sua atuação no exterior, especialmente nos Estados Unidos, onde tem ensinado, nos últimos anos, como professor convidado nas universidades de Nova York, da Califórnia, em Berkeley, e de Michigan.

O seu percurso profissional pode ser traçado, desde o começo dos anos 1970, a partir da prática de pesquisa nos moldes do programa socioeconômico da historiografia francesa, até a formulação de sua proposta de uma “história social dos modelos culturais”, que intitula até hoje os seminários que oferece na *École*.

Se os ecos das primeiras experiências de pesquisa na Itália resultaram numa colaboração longa com os historiadores italianos, permitiram também a perspectiva de observação privilegiada que acompanhou o itinerário de toda uma geração, dentro e fora da França, que vai do trabalho com os macromodelos à possibilidade da microanálise. É a partir desse e de alguns

outros lugares de observação privilegiados, legitimamente ocupados, que Revel falou à revista *Topoi*.

Como se organiza, na sua opinião, o saber histórico hoje, de um modo geral?

Não é uma pergunta fácil de ser respondida, porque posso dar definições muito institucionais da organização do trabalho histórico, na escala de um país como a França, por exemplo. A disciplina é organizada nas universidades de tal maneira que determinadas pressões se exercem na formação dos historiadores, como é o caso da *agrégation*. Este concurso de recrutamento de professores, que acontece ao término do percurso escolar, desempenha um papel muito importante – não muito positivo, na minha opinião – mas com tendência a fixar as categorias, uma vez que é, antes de mais nada, um exercício escolar. Trata-se, portanto, de um papel conservador das formas do saber. Também há a tese de doutoramento, que mudou muito, visto que nos últimos 15 anos a França aderiu à tese curta ou semicurta, isto é, ao formato internacional do Ph.D, onde antes havia essas enormes teses que eram preparadas durante 10 ou 15 anos. Tudo isso tem uma importância para as práticas, uma vez que, hoje em dia, os jovens pesquisadores se vêm livres da tese com 30 ou 35 anos, e começam então uma segunda, depois uma terceira vida, o que era muito mais raro nas gerações anteriores. Esses são os primeiros elementos de descrição que se podem comparar com o que existe fora da França.

Num outro nível, o *Comité International des Sciences Historiques* propõe uma organização do conhecimento histórico muito diferente – pode-se notar pelos programas que promove na ocasião de seus grandes congressos. A quem isso afeta? A um número considerável de historiadores, mas, apesar de tudo, uma minoria cuja composição e cujo papel seria preciso conhecer. Se tomarmos como exemplo a minha própria experiência, devo confessar que nunca participei do *Congrès International des Sciences Historiques*, mesmo sendo há 30 anos historiador profissional. Pode-se levar a vida sem essas coisas.

Haveria uma organização unificada dos historiadores? Não creio. Há elementos que mudaram, e acredito que possam ser comuns a muitos de nossos colegas historiadores, porque correspondem a movimentos “de fun-

do”. O primeiro deles é um formidável movimento de internacionalização do conhecimento histórico que corresponde à experiência da minha geração e que é mais evidente ainda para a geração seguinte: nós viajamos mais do que aqueles que nos precederam, ensinamos mais no exterior, recebemos muitos colegas e estudantes estrangeiros (numa instituição como a *École*, há quase 50% de estudantes estrangeiros, mesmo se o caso particular desta instituição permanece ainda um pouco excepcional). É verdade que se pode opor a esta afirmação o fato de que os estilos nacionais de historiografia são bastante bem reconhecidos entre a França e os Estados Unidos, entre a França e a Alemanha, entre a França e a Itália. Mas, ao mesmo tempo, os textos que lemos, as questões que levantamos, os modos de refletir, hoje em dia, são trocados com colegas que estão em Los Angeles, em Princeton, em Bolonha, em Berlim ou no Rio de Janeiro. Não fazemos as mesmas coisas, mas sabemos, quase que em tempo real, o que estamos fazendo todos. Dei aulas na Argentina, regularmente, nesses últimos anos. É um país onde as bibliotecas não são ricas, que é muito distante da Europa, e que, ao mesmo tempo, me deixa encantado pelo fato de ter grupos de pesquisadores que sabem muito rapidamente o que estamos fazendo, que se empenham em traduzir e tomar iniciativas. Falo isso de um país que conheço menos mal que outros, mas é o caso de muitos lugares; encontram-se experiências comparáveis na Europa Central, por exemplo. No entanto, o mercado historiografia) não se tornou homogêneo, nem tampouco unificado. Há vários mercados superpostos, nos quais os laços entre as pessoas que fazem trocas, que dão, que recebem, são laços não generalizáveis, a partir de uma fórmula única. Mas, ao mesmo tempo, as coisas não acontecem unicamente na França, nos EUA ou no Brasil, e é bom que seja assim. Isso mudou. O que não quer dizer que exista uma problemática mundial; não acredito nisso. Não existe uma mundialização, no sentido de globalização. Mas existem circuitos internacionais, vivos, essenciais, sem dúvida alguma. Isso é um primeiro ponto.

O segundo aspecto, ao que me parece, é que o conhecimento histórico – as modalidades de conhecimento que lhe são próprias – atravessou um período de forte turbulência, porque muitos dos grandes paradigmas

sob os quais vivíamos – que não diziam respeito somente à história, mas à história e às suas relações com as ciências sociais – se desgastaram e não foram substituídos. Os grandes sistemas funcionalistas não desapareceram da paisagem intelectual, embora estejam menos consolidados. Mas aquilo que era evidente e que fundamentava um certo cientismo historiográfico há 30 anos, quando eu era estudante, quando comecei a ser historiador profissional, não o é mais. Isso levou a conseqüências muito diferentes. Nos Estados Unidos, vimos subir, de um modo que considero bastante preocupante, uma onda de relativismo cético, o chamado *linguistic turn* [virada lingüística] com aspectos importantes, interessantes e, ao mesmo tempo, com a idéia de que poderia não haver relações que fundamentam a história e a verdade, de que tudo estaria contido no mundo dos textos, que tudo iria do texto ao texto, e seria da ordem de dispositivos retóricos. Encontra-se aí uma reflexão útil sobre aspectos por muito tempo negligenciados, mas também uma posição que é, na minha opinião, não aceitável. Mas criou-se, a partir daí, uma onda de choque muito forte, à qual a França, de fato, se manteve um pouco à margem – talvez por conta das velhas bases positivistas da cultura científica francesa. No mundo anglo-saxão, num sentido bem amplo, isso teve efeitos que considero devastadores, mesmo se, hoje em dia, o episódio se aproxima do fim. Meu amigo Cario Gínzburg tocou muito nesse ponto, batalhou muito contra essa tendência relativista e cética, e estou inteiramente de acordo com o essencial do que ele diz: se não há uma diferença essencial entre o trabalho do historiador e o trabalho do autor de ficção, não vale a pena fazer história. Se o nosso ofício não ambiciona fundar uma relação com o real e a verdade, qualquer que seja a maneira de se pensar esses termos, mais vale fazer outra coisa, se formos capazes, ou no pior dos casos, não fazer nada. Mas este é, sem dúvida, um caso extremo.

Na França, onde os efeitos dessa desestabilização foram menos fortes, houve, ainda assim, uma revisão crítica sobre algumas de nossas certezas. Creio que, no total, houve aspectos muito salutares. Por quê? Porque, no fundo, o período de forte crescimento historiográfico que conhecemos, digamos, dos anos 1930 aos anos 1980, que foi registrado pelos *Annales*, e a emergência da história social – um período, também, de produção de grandes obras historiográficas – teve ainda como efeito o retorno de uma

atitude contra a qual Durkheim e Simiand, no começo do século, e Bloch e Febvre, mais tarde, tinham construído seus próprios projetos. Não estou certo de que seja preciso falar aqui de “positivismo”, pois o termo é, ao mesmo tempo, impreciso e cômodo demais. Digamos que a própria dinâmica da pesquisa, a multiplicação de suas frentes pioneiras, a normalização inevitável de práticas científicas tenderam, insensivelmente, a substituir um abordagem positiva por uma abordagem voluntarista, construtivista, experimentalista, que havia sido a ambição da sociologia durkheimiana, dos primeiros *Annales* e de outros. As hipóteses analíticas sobre a realidade social, as categorias usadas pelos historiadores – mas a observação não é válida somente para eles – tenderam a ser consideradas como coisas. Foram sendo pouco a pouco reificadas. Parece-me que foi contra isso que se forjou, de saída, a reação crítica dos 15 ou 20 últimos anos, a que chamamos, nos *Annales*, *tournant critique* [virada crítica], Mas ela não foi privilégio dos *Annales*, nem mesmo, é claro, da história dentre as ciências sociais. A maioria delas parece-me ter tentado dar essa “virada crítica”.

Nesse sentido, como pode ser definida a sua relação, como historiador, com a tradição dos Annales?

Esta não é uma questão muito fácil: é um pouco como perguntar a um peixinho vermelho o que sente em relação ao aquário em que vive. Fui formado num espírito próximo dos *Annales*; fui o principal responsável pela revista durante seis anos, entre 1975 e 1981, e desde então sou um dos diretores, ou seja, faço parte do pequeno grupo que se reúne a cada mês para debater as escolhas da revista, para escolher os artigos etc. Minha proximidade é, portanto, grande e – por que não dizer? – também são grandes a minha ligação e a minha fidelidade. No entanto, de uns 20 anos para cá, muitas coisas mudaram nos *Annales* e também, é claro, em torno da revista. Desejei essas mudanças, tomei parte delas e não me arrependo disso.

Gostaria de começar dizendo – mesmo se esta convicção que exprimi muito cedo tenha me valido algumas inimizades – que não existe, no meu entender, a “escola dos *Annales*”, enquanto muitos utilizam esse modo cômodo de chamá-la. O movimento historiográfico fundado pela revista

de Bloch e Febvre baseou-se em convicções gerais ambiciosas e, ao mesmo tempo, simples: por um lado, a de que a história é uma ciência social, que não é evidente em muitas tradições historiográficas. E por outro lado, a de que as disciplinas que compõem as ciências sociais tendem a se cruzar, a si confrontar, a se enriquecer mutuamente. Mas isso é um programa cuja realização pode ser pensada de maneira bastante diversa. Para Durkheim os durkheimianos, no começo do século, este confronto devia ser organizado em torno de um conjunto de regras de métodos unificados – as regras do método sociológico que Durkheim acabara de codificar em 1894 – e as diferentes disciplinas tendiam a se fundir no seio de uma única disciplina, a sociologia. A mesma estratégia prescritiva retorna, meio século mais tarde, no momento estruturalista. Diante dela, a solução proposta pelos *Annales*, desde a sua fundação em 1929, aparece como muito mais modesta e, principalmente, como mais empírica: é o modelo do empréstimo e da *bricolage*, “olhemos se na caixa de ferramentas do vizinho há algo que nos interessa e tentemos”. Isto foi, creio, a força – e sem dúvida também o limite – do movimento dos *Annales*, concebendo, assim, um dispositivo empírico, móvel, aberto, permitindo pôr à prova, rejeitar ou adotar aquilo que, por direito, pertencia ao bem comum das ciências sociais. Tudo isso, é claro, não funda realmente uma ambição teórica, nem uma escola. Mas, tal como se apresentava, este programa alimentou uma formidável energia há quase 75 anos. Fernand Braudel dizia isso à sua maneira, sempre engraçada, explicando que a posição central da história, que ele reivindicava encontrar-se no seio das ciências sociais, se justificava aos seus olhos pelo fato da história ser a menos formal, a menos teórica dessas ciências – e acho que de certa forma ele tinha razão.

Disso resultou uma grande capacidade de adaptação. Os *Annales* não pararam de redefinir sua posição, ao mesmo tempo em função da evolução interna da disciplina-mãe, a história, e também porque as relações entre a história e as ciências sociais – que também existiam no seio do conjunto das ciências sociais – mudaram. Trata-se de uma história extraordinariamente complicada cujos detalhes seria preciso acompanhar de perto. Vou me remeter a um único traço significativo para me fazer entender melhor. No período que vai do fim dos anos 1940 aos anos 1970 – que, na França,

corresponde aos “Trinta gloriosos” e no resto do mundo a um momento de crescimento otimista –, num momento em que se via também a realização de uma política voluntarista das ciências sociais e pensava-se que a interdisciplinaridade existia por si só, que era uma espécie de direito científico. Na verdade, as relações eram muito difíceis, e talvez até desastrosas. Mas Braudel, cujo pensamento e ação política dominaram nessas três décadas e que não hesitava em considerar a crise como uma condição normal para as ciências sociais – basta ver o célebre artigo sobre a longa duração, publicado em 1958 – estava convencido de que essa história tão difícil só podia terminar, bem visto que as disciplinas sociais visavam em comum, para além de suas diferenças tempestuosas, a um mesmo objeto: o homem em sociedade. (É sem dúvida daí que vem a fortuna, que persistiu por muito tempo, do sintagma “ciência do homem”, na França.) Havia um empenho em organizar esse futuro integrador numa perspectiva que era, ao mesmo tempo, otimista e funcionalista.

Tudo mudou nos últimos 20 ou 25 anos. Para o cinquentenário dos *Annales*, em 1979, publiquei um artigo que recusava a idéia de um “paradigma” dos *Annales* e tentava mostrar que tinham sido múltiplos, sucessivos, que os *Annales* tinham se transformado várias vezes e que ainda se transformariam; era isso que eu defendia. Não agradei a todos, mas alguns, como Braudel, que não compartilhavam da minha análise, confiaram em mim. Para a minha geração, e mais ainda para a seguinte, a interdisciplinaridade não existe por si só, não pode ser invocada como resposta já pronta. Por quê? Por várias razões que terei de abordar muito rapidamente. Porque a maioria das ciências sociais está, hoje, menos segura quanto ao seu perímetro de ação, suas negociações, seus direitos: para se convencer, basta comparar os argumentos e os programas de 30 anos atrás e as retomadas críticas que se multiplicaram nos últimos anos. Porque, em segundo lugar, a idéia de uma inteligibilidade global do social, tão fortemente presente nos anos de otimismo (tratava-se, Finalmente, de uma versão intelectual da ideologia do progresso), resistiu mal à crise mundial; uma crise de que sabemos definir apenas os contornos e formas, para não falar de seus mecanismos. Nossas sociedades se tornaram, de certo modo, mais opacas para si mesmas, e as ciências sociais também

tiveram de rever suas ambições cognitivas e interpretativas em baixa. Elas sempre encontraram, em contrapartida, um verdadeiro estímulo ao trabalho, um convite a renovar os termos de suas análises, e é um motivo para alegrar-se. Mas o trabalho se tornou mais setorial, mais atento às complexidades e às contradições. E ainda existe uma última razão que, creio, permite compreender o fato de a interdisciplinariedade ter se tornado problemática, o que não deve ser visco como impossível. Bernard Lepetit, de quem fui muito próximo nos *Annales*, a partir da metade dos anos 1980 até a sua morte prematura em 1996, publicou um breve artigo, forte e sutil, que se intitulava “Por uma prática restrita da interdisciplinariedade” (*Revue de Synthèse*, 1990), cujos termos continuo a partilhar. Nesse artigo, ele observava que o modelo da integração disciplinar – a integração, proposta por Braudel, entre história e economia, nos anos 1930, ou a integração em parte realizada, por exemplo, entre história e antropologia, nos anos 1970 – tinha limites. Observava, ainda, que para que houvesse uma circulação e uma troca entre duas ou várias disciplinas, era preciso, ao contrário, poder jogar com a diferença de pontos de vista que cada uma delas autorizava: para que a corrente elétrica circule, é necessário que exista uma diferença de potencial. Com essas observações falsamente simples, parece-me que Lepetit voltava ao programa original dos *Annales*, A “virada crítica” que a revista desejou assumir no final dos anos 1980, instigada por Lepetit e por mim, queria dizer precisamente isso. Não representava uma opção teórica, mesmo estando convencidos de que não seria sempre possível refugiarmo-nos por detrás dos sacrossantos direitos do empirismo organizador, Mas o essencial do que recomendávamos era um retorno à experimentação, se possível calculada e consciente de si mesma, de seus meios e também de seus limites. Alguns amigos nos acompanharam – alguns porque, aliás, seus trabalhos individuais foram levados adiante, sem que esperassem por nós. Certamente, não cabe a mim dizer se a operação foi bem-sucedida, nem até que ponto. É verdade que ela não está concluída, e seus termos já devem, sem dúvida alguma, ser reformulados. Mas é assim que as coisas avançam, nunca exatamente como esperamos (os historiadores deveriam saber disso por experiência). Em todo caso, a experiência terá sido, para nós, uma maneira um pouco diferente de colocar e de pensar a relação entre história e ciências soci-

ais, mas não um abandono. É preciso lembrar que, em 1993 decidimos renunciar ao velho subtítulo inventado por Febvre e Braudel, sobretudo após a guerra – “Economias, sociedades, civilizações” – para firmarmos “*Annales. História, ciências sociais*”, o que era uma maneira de reivindicar a nossa fidelidade. Mas tentamos fazê-lo em termos um pouco diferentes daqueles que nos precederam.

Qual é o papel, particularmente o papel político-institucional, da École des Hautes Études en Sciences Sociales hoje?

A *École* foi, em sua origem, uma emanção dos *Annales*. Ela foi a tradução institucional, 15 anos depois, do projeto de integração disciplinar ou de confrontação disciplinar dos *Annales* (que também foi, no início, uma revista situada às margens da universidade). A *École*—criada em 1948 como a 6ª seção da *École Pratique des Hautes Études*—foi, durante muito tempo, uma instituição bastante frágil, uma instituição de papéis, sem paredes, com poucos cargos, sem nada além de convicções e projetos. Esquecemos dela durante um bom tempo, pois, desde os anos 1960-1970, ela existe, e existe fortemente. Assim, houve uma mudança de natureza das coisas. Porém, no fundo, o que a *École* faz, o que lhe é dado fazer, é traduzir nas políticas científicas – a sua organização interna, os seus programas, as suas modalidades de trabalho – o confronto entre as ciências sociais, ou ainda, dar uma forma a esse confronto. Segundo o seu projeto, a *École* é feita para isso. Pode realizá-lo mais facilmente do que uma universidade, porque é uma instituição que permanece bastante leve, dedicada à pesquisa e à formação para a pesquisa e que não é, portanto, encarregada de fazer tudo, pois não tem uma vocação enciclopédica. Pode inaugurar programas com bastante facilidade, pode fechá-los (e deveria fazê-lo com maior frequência). Pode acolher propostas mais facilmente do que outras instituições porque continua sendo um dispositivo surpreendentemente versátil.

De que forma se expressa essa política? Em primeiro lugar, através das formas de debate entre colegas, os professores-pesquisadores da *EHESS*, mas também os seus parceiros científicos na França e fora da França. Disso resulta, uma desordem generosa, proposições que afluem, que são por vezes contraditórias, mas cujo interesse é que sejam ouvidas, que circulem sempre.

Há uma troca: muitos vêm me falar de seus projetos e o meu papel, como presidente, é lhes dedicar atenção, fazer com que os projetos repercutam, facilitar os contatos. Tudo isso é possível, é claro, porque o nosso meio é um lugar de forte “interconhecimento” no seio de uma instituição que não é excessivamente grande. Em seguida, vem o momento das arbitragens, em que é preciso fixar prioridades. A *École* e o seu presidente podem se apoiar num Conselho científico, que se encarrega de instruir as propostas, de avaliar os programas, de efetuar um trabalho de conhecimento. E ainda, é claro, a política de recrutamentos, determinada pela Assembléia que reúne o conjunto dos professores-pesquisadores, e exerce um papel decisivo, visto que implica, relativamente em longo prazo, o futuro da instituição.

Em relação àqueles de qualquer universidade norte-americana de reputação média, os nossos meios continuam limitados, e imagino que eles possam parecer mera bricolage. Enquanto responsável da *École* por alguns anos, eu desejaria mais, é claro, e me empenho em melhorar as coisas, numa medida que ainda é modesta. Mas continuo certo de que a força da *École* está em outro lugar: na sua capacidade de proposição e de experimentação. Não são tantos os casos de instituições científicas, relativamente leves, que se deixam reorganizar tão tranqüilamente a partir de inovações; nem tampouco os casos de meios que aceitem não serem formados por si mesmos, mas que cada vez mais – e a evolução é surpreendente no que diz respeito às equipes de pesquisa – funcionem em rede.

A partir ao que acaba de ser dito sobre a evolução dos Annales e sobre a crítica do projeto de história social que lhe é associada, como pode ser situada a sua proposta de “história social dos modelos culturais”, que intitula o seu seminário na EHESS?

Para a orientação de estudos que me foi confiada no começo dos anos 1980, há quase 20 anos, eu havia retido esse título: “História social dos modelos culturais”. Por volta da mesma época, Roger Chartier propunha o de “Sócio-história das práticas culturais”. Não voltei recentemente a falar disso com ele, mas imagino que para ele, assim como para mim, esses títulos sobre os quais havíamos então refletido e discutido muito e que nos pareciam ir no mesmo sentido, tinham um significado mais urgente naque-

le momento do que hoje – mesmo se essa observação valha talvez mais para mim do que para ele. “História social”, “sócio-história”: tratava-se, antes de mais nada, de uma maneira de estabelecer uma distância em relação à história das mentalidades que havíamos encontrado na nossa formação de historiadores, uma vez que tínhamos passado muito tempo criticando, ao lado de outros – como o medievalista Jean-Claude Schmitt –, nos anos 1970. Quais eram as acusações que fazíamos à história das mentalidades? Sem dúvida, a de ser muito fácil e peremptoriamente “englobante”; de postular, a princípio, a unidade de um horizonte cultural (ou “mental”) não demonstrável, supostamente partilhado pelo conjunto dos atores sociais de um momento histórico dado; de correr o risco de reificar, com o termo “utensilhagem mental”, os recursos culturais, pensando-os de forma independente das situações e das práticas. Nesse sentido, reagíamos contra a concepção que havia sido defendida e ilustrada por Lucien Febvre em grandes livros, do fim dos anos 1920 aos anos 1950, e também contra a de Robert Mandrou, seu sucessor direto. Mas tomávamos distância, por outro lado, em relação ao primeiro Foucault, autor que dominou a nossa juventude intelectual; ou, no mínimo, tomávamos distância em relação à leitura, que era então a nossa, de *A História da loucura*, *O Nascimento da clínica* e de *As palavras e as coisas*. Com o termo *épistémé*, ele também colocava a existência de vastos sistemas culturais fundados em dispositivos discursivos partilhados. Reagíamos, em segundo lugar, contra a antropologia histórica, cujo sucesso foi extremamente grande, do fim dos anos 1960 até meados dos anos 1980, convictos de que, com outros meios, com um equipamento conceituai mais sofisticado, ela propunha uma versão mais jovial da história das mentalidades (em parte, estávamos enganados).

O que nos interessava – o que, creio, continua nos interessando –, era refletir sobre a articulação do cultural e do social. Não éramos os únicos, é evidente. Em 1975, a leitura do primeiro livro publicado de Natalie Zemon Davis, *Society and Culture in Early Modern France*, provocou um verdadeiro choque: não parecia com nada do que conhecíamos, e discutimos longamente sobre o livro. Aconteceu o mesmo, no ano seguinte, em relação a *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg. De quê dispúnhamos, de verdadeiramente nosso? De uma poderosa tradição de história social, na qual havíamos sido formados, aquela que ensinava Ernest Labrousse na

Sorbonne e na *École des Hautes Études* e que havia mobilizado, nos últimos 30 anos, em grande número, os melhores pesquisadores das gerações que precediam a nossa. Essa tradição de história social, mais durkheimiana que marxista, se refletia em dados pesados, em largos agregados estatísticos, e era pensada, sobretudo, em termos de distribuições. Escolhia-se uma população suficientemente numerosa; depois, na distribuição das propriedades que caracterizavam-na, esforçava-se para identificar limites. Isso foi feito inicialmente com o estudo de dados econômicos (este foi o objeto de dois grandes livros de Labrousse sobre a economia do Antigo Regime); em seguida, passaram a ser abordados os dados sociais; ao longo dos anos 1960, chegou-se aos dados culturais, o “terceiro nível”, como chamava, com um termo contestável, o infatigável coordenador de pesquisa que era Pierre Chaunu. Estava-se lidando, de fato, com uma construção por andares, e, sem que nunca fosse explicitado, tomou-se o hábito de pensar um nível em relação ao outro, ou, mais exatamente, de indexar o social sobre o econômico, depois o cultural sobre os outros dois. Há diversos testemunhos dessa concepção, dos quais um dos mais significativos seja, talvez, a pesquisa sobre “Livro e sociedade no século XVII”, dirigida por François Furet, e para a qual contribuíram diversos especialistas notáveis, nos anos 1965-1970: trazia uma massa de elementos novos, mas as categorias distributivas elaboradas nos deixavam insatisfeitos. Um pouco mais tarde, e em parte seguindo a publicação, deu-se início a um vasto debate em torno da noção, tão em moda naquele momento, de “cultura popular”. Dessa discussão participaram muitos de nós, porque ela nos dava a oportunidade de manifestar as nossas insatisfações e talvez também de precisar as nossas propostas. Lançamo-nos nesse debate com um certo ardor, e fomos também ajudados. O grande livro de Bourdieu, *A distinção*, publicado em 1979, nos ofereceu uma demonstração crítica de uma força incomparável e, seria possível dizer, confirmou-nos a idéia de que a nossa camaradagem era mais voltada para a sociologia do que para a antropologia. O que nos interessava, era precisamente compreender como os conjuntos culturais (mentalidades, modelos, sistemas, etc.) se decompunham sob o prisma das práticas. Chartier, que era provavelmente mais próximo de Bourdieu do que eu, se preocupou em caracterizar estratégias – dos leitores, dos livreiros, do mundo do livro –

no domínio que o interessava principalmente. Foi o momento em que me aproximei da micro-história italiana, porque o que me interessava era ligar uma prática a uma situação, a um contexto de ação, a um mundo relacionai. Mas o que, creio, nos era comum, era no fundo a redescoberta da ação e dos atores, do que em inglês chama-se *agency*, que pode dificilmente ser traduzido para o francês, e que liga o conjunto das ações, das disposições para a ação e uma experiência social particular. É nesse sentido que o projeto de uma história social assim redefinido passava, a partir daí, a fazer sentido para nós.

Uma reflexão como esta não poderia deixar de ter certas conseqüências, cuja dimensão fomos progressivamente percebendo. Interrogamo-nos muito sobre a pertinência das categorias sociais que havíamos encontrado já prontas na nossa bagagem, e que os sociólogos que líamos nos haviam ensinado a criticar. Mas ao fim e ao cabo, foi sobre as formas e as razões da agregação social que nos questionamos. Resumi a questão de maneira um pouco agressiva demais, perguntando: “por que há o social ao invés de não haver nada?” Era evidentemente uma formulação demasiadamente brutal, mas acredito ter compreendido, então, que era necessário juntar as questões da constituição das categorias sociais e a das gêneses sociais que elas transcrevem provisoriamente. Foi aí que, sem dúvida alguma, a leitura de Norbert Elias foi decisiva: não mais o autor que havíamos lido à luz de Foucault e de Goffman, dez anos mais cedo, mas o sociólogo, o historiador, pouco importa, que, em *A Sociedade de corte*, procura caracterizar o que é uma configuração social, ou seja, um conjunto dinâmico de relações entre protagonistas no seio de um conjunto, quer se trate do mundo dos cortesãos em Versalhes, nos séculos XVII e XVIII, ou dos assalariados de uma fábrica, no século XX. A lição que cada um de nós tirou disso pode ter sido bastante diferente. O que permanece em comum, creio, é ter levado o projeto de uma história social da cultura suficientemente a sério para que o termo “social” se tornasse o lugar central de nossa interrogação.

Seria a partir desta reflexão que se situaria o seu trabalho crítico sobre a micro-história? Como situá-lo hoje?

Sim, é claro. Mas é preciso assinalar, creio, o fato de que esta reflexão foi trazida pelas transformações do mundo social no qual vivíamos. Esses

anos, que foram anos de crise mundial, prejudicaram, como já disse, as grandes ideologias funcionalistas. Eles nos ensinaram, de um modo muitas vezes bastante duro, a não mais olhar a sociedade como um conjunto integrador, onde cada um encontrava seu lugar funcional, mais feliz ou menos feliz; a olhar um mundo social onde os fenômenos de desfiliação se multiplicavam, onde a decomposição e a recomposição das formas sociais se impunham ao olhar. Não acredito que, um historiador, mesmo especializado num período antigo, como é o meu caso, possa fazer bom uso desse tipo de análise quando reflete sobre sociedades apresentadas, muito facilmente, como integradas, e até mesmo holísticas. Chego agora à micro-história.

Meu encontro com a micro-história não foi previsto, mas ela surgiu, se assim posso dizer, no momento certo. Vivi muito tempo na Itália, nos anos 1970, e lá retornei com frequência. Através de encontros fortuitos, relacionei-me com historiadores italianos e, em particular, com o grupo que iria se reunir em torno da revista *Quaderni Storici*: Carlo Ginzburg, que conheci primeiro e bem cedo, depois Giovanni Levi, Carlo Poni, Eduardo Grendi, e, em seguida, o meio – bastante restrito, para dizer a verdade – que se concentrou em torno deles, alguns amigos de sua geração e, cada vez mais, jovens historiadores em formação. Eles possuíam trajetórias muito diversas. Sua cultura profissional não era comparável, nem suas referências teóricas maiores. Mas estavam livres de qualquer tipo de afiliação e estavam também insatisfeitos com o estado das coisas, num país em que, ao contrário da França, a história social – o que quer que esta palavra signifique – era então pouco valorizada, em que a pesquisa não estava organizada. Em um pequeno artigo publicado, em 1979, nos *Quaderni Storici*, sob o título “Il nome e il come”, Ginzburg e Poni descreveram muito bem esta situação e as estratégias de pesquisa que sugeria frente aos imensos recursos dos arquivos italianos. Minha própria experiência era, evidentemente, muito diferente. Eu vinha de um país, com os *Annales* das três primeiras gerações, onde o projeto de uma história social havia sido poderosamente formulado, depois reformulado; onde a pesquisa, feita de modo voluntarista, havia sido organizada no seio do CNRS ou de instituições como a *École des Hautes Études*, e outras ainda; onde

existia, desde os anos 1950, grandes programas de pesquisa que tinham demonstrado a sua eficácia, l no entanto, era o momento em que, junto com outros, eu começava a me interrogar sobre o modelo de história social vigente, sobre as categorias analíticas que empregava, sobre a construção dos objetos que o havia tornado familiar. Já falei disso há pouco. Foi em torno deste ponto, se posso assim dizer, que me deparei com as preocupações e as interrogações do grupo dos micro-historiadores em formação.

É evidente que não encontrei neles uma nova ortodoxia, já que era exatamente o contrário do que eu procurava, mas sim uma reflexão e uma série de instrumentos críticos. Não se tratava para mim, aliás, de rejeitar em bloco a tradição labroussiana na qual tinha sido formado; era exatamente o contrário. Eu havia desenvolvido na Itália pesquisas de história “econômica e social”, como se dizia então, fundadas sobre longos exames seriais – mas era também o caso de vários dos meus amigos italianos, como Grendi, Poni, Levi, entre outros. Eu havia acabado de me engajar, juntamente com Dominique Julia e Roger Chartier, num programa de pesquisa sobre as universidades da Europa dos séculos XVI e XVII, fundado sobre a exploração de uma fonte massiva, porém austera, as matrículas de inscrição dos estudantes, que nos ocupou uma boa parte dos anos 1980. Mas é precisamente no curso desse tipo de trabalho que nos interrogávamos sobre o “como fazer?”; por vezes também sobre o “o que fazer?”. Os quadros que nos eram mais familiares, aqueles da monografia regional ou urbana, o estudo de um grupo sócio-profissional, os recortes instituídos, tudo deveria agora, segundo nos parecia, ser discutido. No entanto, a história social havia progredido há decênios nesses quadros analíticos, a partir de então instituídos pela tradição universitária e por uma pesquisa que tinha fartamente demonstrado a sua eficácia.

O que nos propunha a micro-história era menos uma fórmula alternativa – ainda que alguns a tenham concebido desta forma – do que uma oportunidade para refletir de maneira crítica sobre as práticas da história social. Em todo caso, foi assim que a recebi. E certo que ela não foi a única das oportunidades críticas – já evoquei Elias, Foucault, Bourdieu, e seria fácil estender a lista–, mas foi uma delas, uma das mais eficazes e, no meu caso pessoal, a mais decisiva, pois me parecia permitir colocar

questões de fundo sobre o que é uma sociedade histórica e sobre a maneira pela qual se pode analisá-la. De saída, todos sabemos, há uma metáfora visual que encontra-se associada a um procedimento de conhecimento: variando o foco de uma objetiva, não fazemos apenas com que um objeto apareça maior ou menor, fazemos com que apareçam configurações diferentes, descontínuas, do social. Porque, até então, a história social tinha sido essencialmente macrosocial – ela o era, para dizer a verdade, sem saber e sem que isso fosse realmente questionado –, ela não havia realmente se interrogado sobre as escalas de observação, a não ser do ponto de vista da representação estatística. A história social “geral”, a da França por exemplo, a da Europa, a do mundo, um dia, poderia ser imaginada como o produto da acumulação e da síntese de uma imensa coleção de estudos monográficos de todos os níveis. Nos anos 1970, os dois grandes mestres de sua geração, Fernand Braudel e Ernest Labrousse, dirigiram uma *História econômica e social da França* concebida dessa maneira. A concepção e, se quisermos, a aposta dos micro-historiadores caminhavam exatamente no sentido inverso. Eles partiam da idéia de que no nível micro, não se vê modelos reduzidos de realidades gerais, mas que pode-se, antes de mais nada, perceber agenciamentos particulares da realidade social. O livro de Levi, *L'Eredità immateriale [A herança imaterial]* (1985), é, aos meus olhos, aquele que melhor explicita o projeto. Poderia ser, aparentemente, uma monografia sobre vilarejos, como existem centenas: o estudo do vilarejo de Santena, em Piemonte, entre 1650 e o começo do século XVIII. Mas não se trata precisamente disso, mesmo se Levi fez os mesmos exames exaustivos, e ainda foi além daqueles recomendados pela história social clássica. A partir do material reunido, ele poderia ter feito grandes distribuições socioeconômicas, sócio-profissionais, que permitissem descrever a configuração de um grupo social; ele poderia ter estabelecido, baseando-se em fichas familiares reconstituídas, a história demográfica de seu vilarejo. Mas não era isso que o interessava. Seu esforço se deu no sentido de reconstruir, a partir de uma exploração intensiva da documentação existente, o mundo relacionai dos habitantes de Santena e de se interrogar sobre a maneira pela qual essa rede complexa e fluida de relações permitia compreender a organização de formas de agregação social ou de troca: as linhas de frente familiares constituídas frente à incerteza

biológica ou econômica; as relações de proximidade ou de distâncias estabelecidas em torno do mercado da terra e que permitem a compreensão de sua morfologia e funcionamento; a circulação e a capitalização da informação, recurso raro e precioso numa sociedade antiga, que explica a emergência dos poderes inesperados e invisíveis à longa distância. Era um outro mundo. Não um mundo onde nada teria acontecido, ou apenas coisas sem importância – um adversário italiano dos micro-historiadores acusou-os de “estender um microfone para formigas” –, mas um mundo onde podia-se tentar compreender as modalidades singulares da “grande história”, como é chamada. Durante muito tempo comentei este livro e não quero fixar a minha atenção sobre ele mais tempo, ainda mais porque ele representa apenas uma das vias propostas pela micro-história, aquela, digamos, de que me sinto mais próximo. Mas o exemplo pode ajudar a compreender de que forma a proposta micro-histórica nos permitia retornar aos nossos próprios hábitos de pensamento e questioná-los. Posso dar um exemplo pessoal disto. Na metade dos anos 1980, por diversão, me lancei com Arlette Farge no estudo de um pequeno dossiê, cujo essencial das fontes havia sido reunido por ela: a história de uma revolta parisiense em 1750, provocada por desaparecimentos de crianças, em que a polícia era acusada – justamente, aliás – de ser responsável. Em torno deste episódio, relativamente clássico, de desvio do controle policial sobre a cidade e de extorsão – esses temas continuam nos sendo, creio eu, familiares – se desenvolveram não somente uma forte comoção coletiva, acarretada por uma sensibilidade exasperada em relação à infância, mas também todo um imaginário aparentemente delirante, provocando um questionamento do rei, acusado de tomar – ele mesmo ou um de seus familiares – banhos de sangue para tratar a lepra de que sofreria. Não éramos os primeiros a estudar este dossiê um pouco estranho, tratado na maior parte das vezes como um episódio de desregramento popular, ou ainda – no caso de Michelet – como uma repetição das jornadas revolucionárias, quarenta anos mais tarde. Nada mais difícil de se compreender – e, antes de tudo, de se descrever – do que uma ação coletiva: os romancistas nos ensinaram isso, há bastante tempo, de Stendhal a Flaubert e Tolstoi. Tentamos mostrar que, estudando bem de perto os gestos, as palavras, as situações sobretudo, poderíamos fazer com que aparecesse

uma ordem – não, ordens – na desordem e na violência dos comportamentos. É por isso que chamamos este livro de *Logiques de la foule* [*Lógicas da multidão*] (1988). Procurávamos outra coisa além disso. Quando se reflete sobre um acontecimento desse tipo, brutal, espetacular, mas no fundo não tão importante assim, tende-se com frequência a pensar que o que o explica é uma atualização repetitiva das práticas, das representações, das crenças. Mais uma vez, nossa intenção era exatamente o contrário. Tentamos mostrar que essa revolta, em diversos aspectos, podia ser legitimamente comparada a muitas outras; ela havia sido para aqueles que tinham sido seus atores uma ocasião singular de produzir um sentido, de dar concretamente uma significação a uma situação concreta, à medida que se desenrolava. Esta verdade muito simples – que os atores elaboram um significado para as situações com as quais se confrontam – pode apenas ser lida de muito perto, seguindo o detalhe freqüentemente ínfimo dos comportamentos.

Essa ambição foi seguida e aprofundada em trabalhos importantes de jovens historiadores italianos, muitos dos quais vieram trabalhar conosco na França. Refiro-me aos trabalhos de Simona Cerutti sobre o mundo das corporações em Turin no século XVIII, de Sabina Longa sobre o mundo social do exército piemontês, ao estudo que desenvolveu Maurizio Gribaldi sobre os modos de entrada dos rurais no mundo industrial e urbano no começo do século XX, e a muitos outros ainda. Não acredito, no entanto, que a micro-história proponha uma fórmula definitiva, nem mesmo vantagens absolutas. Porque, durante muito tempo, essa questão das escalas de observação não havia sido colocada, descobriram-se os benefícios heurísticos que era possível tirar dela. Porque tínhamos nos situado, sem refletir muito, na escala macro, percebemos o que podia trazer a escala micro. Mas o que me parece mais importante do que essa alternativa é o princípio da variação de escala, ou seja, o inventário, forçosamente empírico, e a exploração dos níveis de organização do social entre o micro e o macro, o que nos permitirá o acesso à apreensão mais complexa das configurações sociais. O segundo aspecto que me parece essencial para a proposta micro-histórica é a ênfase dada à importância dos fenômenos processuais e, correlativamente, das realidades relacionais na produção destas configurações. Aqui, mais uma vez, o nível micro não apresenta uma vantagem definitiva, na

minha opinião: as grandes análises de Norbert Elias ou ainda o livro maior de E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class [A invenção da classe operária inglesa]* (1963), demonstraram-no na escala macro. A passagem ao micro nos obrigou, de certa forma, a levar em conta, mais uma vez, essa perspectiva que renova profundamente, creio, as vias da análise social. A última inovação sobre a qual gostaria de insistir, e que é para mim a mais importante, é a redescoberta dos atores e da ação. Não se trata aqui de uma escolha filosófica, mas da tomada de consciência do que deveria ser evidente: assim como nós, os atores do passado foram permanentemente confrontados com escolhas, colocados com os seus recursos próprios e também com as restrições que os atores sofriam, num espaço socialmente marcado. A escala micro é a única que permite, ao que me parece, abordar concretamente essa dimensão de escolha – que não é sempre explícita, e menos ainda explicitada – nos poucos casos privilegiados em que se pode tentar reconstruir as coordenadas.

Sobre esses temas, refletimos e trabalhamos bastante, Tateando. De um seminário que coordenei há alguns anos resultou um livro coletivo, *Jeux d'échelles [Jogos de escalas]* (1996), que foi traduzido no Brasil, em 1998, e que tenta dar conta dessa reflexão. Ela não está de forma alguma esgotada, e certamente não fornece uma versão definitiva da micro-história. O que esse trabalho pode e quer manifestar, em contrapartida, é que a proposta micro-histórica é apenas uma etapa – mas espero que seja uma – numa reflexão mais geral sobre o que se pode ambicionar ser a história social. Seu interesse permanece o de ter sido, no momento certo, um incomparável instrumento crítico.

Notas

*Entrevista feita por Andréa Daher. Transcrição e tradução de Ana Luiza Beraba.